

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA  
IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM  
ESTUDO DE CASO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Darlan Bitencourt Ribeiro**

**Agudo, RS, Brasil  
2013**

# **A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM ESTUDO DE CASO**

**por**

**Darlan Bitencourt Ribeiro**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim**

**Agudo, RS, Brasil**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA  
IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM  
ESTUDO DE CASO**

elaborada por  
**Darlan Bitencourt Ribeiro**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dra. (UFSM)**

---

**Neila Pedrotti Drabach, Me. (UFSM)**

Agudo, RS, Brasil  
2013

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me permitiu saúde para prosseguir na realização do meu ideal.

À minha avó Belony Medeiros de Bittencourt (in memoriam), pelo seu amor  
incondicional.

À minha mãe, Santa Teresinha Bitencourt, pelo apoio e incentivo constante, minha  
primeira professora.

À minha orientadora Alexandra Furquim, pela disponibilidade, credibilidade e  
condução dos trabalhos.

À banca examinadora que contribuirá para o crescimento da minha pesquisa.

A Marcelo Peixoto Marques pelo companheirismo, paciência e auxílio.

A Simara Saquet Schio pelo coleguismo e estudo.

A todos os meus amigos e amores que fazem a minha vida ser escrita em belos  
versos.

## **EPÍGRAFE**

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,  
que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos  
caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares”.  
É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la,  
teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”*

(Fernando Pessoa)

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM ESTUDO DE CASO**

AUTOR: DARLAN BITENCOURT RIBEIRO

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 29 de dezembro de 2013.

A presente monografia buscou investigar como ocorreu a implantação do currículo do Ensino Médio Politécnico em uma escola da rede pública estadual do Rio Grande do Sul (RS). O estudo possuiu uma abordagem quali-quantitativa, caracterizada como um estudo de caso. Para tanto, a averiguação foi norteadada, por intermédio de um questionário com perguntas fechadas, para trinta professores regentes e dez professores de seminário integrado, com o propósito de verificar o entendimento que os envolvidos têm da nova proposta de Ensino Médio Politécnico, estruturada e iniciada no ano de 2012. O instrumento de coleta possibilitou a construção de gráficos, tabulados e comentados, que contribuíram na elaboração dos resultados da presente investigação. Nesse sentido, para a análise, a pesquisa apoia suas ponderações na legislação vigente e em teóricos proferidos à temática, tais como: Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), PCNs (2000), Proposta de Reestruturação do Ensino Médio do RS (2011), Freire (1983; 2007), Luck (2007), Paro (2000), Sacristan (2000), entre outros. A partir das considerações teóricas inquiridas e do questionário realizado, permitiu-se verificar alguns desafios elencados pelos professores, como: infraestrutura da escola, prover meios universais de aprendizagem aos alunos, quadro de profissionais, recursos financeiros, laboratórios e bibliotecas adequados, apoio à continuidade de estudos dos docentes, envolvimento da comunidade escolar e valorização profissional. Além disso, a pesquisa mostrou a falta de participação dos sujeitos envolvidos no processo da construção do currículo politécnico, manifestando assim, a falta de uma gestão escolar democrática.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Gestão escolar. Ensino Médio Politécnico. Desafios.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MANAGEMENT SCHOOL FRONT TO THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING THE POLYTECHNIC HIGH SCHOOL: A CASE STUDY**

AUTHOR: DARLAN BITENCOURT RIBEIRO  
SUPERVISOR: PROF<sup>a</sup>. Ms. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM  
Date and Local Defence: Agudo / RS, december 2013.

This monograph aimed to investigate how occurred the implantation of the curriculum of the Polytecnic in a school, the public schools of Rio Grande do Sul (RS). The study has a qualitative and quantitative approach characterized as a case study. Therefore, the investigation was guided by a questionnaire with closed questions for thirty school teachers and ten teachers of integrated seminar with the objective of verifying the understanding that the involved have about the new proposal of Polytecnic High School, structured and initiated in the year of 2012; the instrument this collection method enabled the construction of tabulated and commented graphs which contributed to the elaboration of the results of this investigation. In this sense, for the analysis, the research bases its ponderations in the current legislation and theoretical material and scholars related to the thematic such as: Federal Constitution (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), PCNs (2000), Proposta de Reestruturação do Ensino Médio do RS (2011), Freire (1983; 2007), Luck (2007), Paro (2000), Sacristan (2000), among others. From the theoretical considerations surveyed and the questionnaire applied it was allowed to verify some challenges listed by teachers such as: school infrastructure, to provide universal learning means to students, professional staff, financial resources, laboratories and libraries suitable, support to the continuation of teachers' studies, involvement of school community and professional recognition. Furthermore, research has shown the lack of participation of those involved in the process, the construction of polytecnic curriculum, thus manifesting the lack of a democratic school management.

Key words: Educational Management. School Management. Polytecnic High School. Challenges.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>09</b>
<b>1 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>12</b>
1.1 A Gestão Escolar Democrática e os desafios da contemporaneidade .....	12
<b>2 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 A definição de “politecnia” e sua contextualização .....	19
2.2 A estruturação, a organização e a implantação curricular.....	20
<b>3 REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E COMUNIDADE ESCOLAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DO ESTADO DO RS .....</b>	<b>25</b>
3.1 Área de abrangência e reflexões sobre o PPP de uma escola da rede pública do estado do Rio Grande do Sul .....	25
3.2 A implantação do Ensino Médio Politécnico no contexto pesquisado.....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>47</b>

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura: 01 – Você participou da elaboração do Regimento, PPP e currículo de sua escola? .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura: 02 – Você sabe o que significa Ensino Médio Politécnico? .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura: 03 – Como foi definido o currículo escolar politécnico na escola? .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura: 04 – Houve participação da comunidade escolar com espaço para sugestões? .....</b>	<b>32</b>
<b>Figura: 05 – A proposta do Ensino Médio Politécnico valoriza o aluno como ser humano? .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura: 06 – O atual Ensino Médio ( Politécnico) possibilita inserir os alunos no mercado de trabalho?.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura: 07 – Os currículos devem ser iguais? .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura: 08 – O Ensino Médio Politécnico e o componente curricular de Seminário Integrado possibilitam com que o aluno alie teoria e prática?...</b>	<b>36</b>
<b>Figura: 09 – Como é o apoio repassado pela Seduc em relação ao ensino médio politécnico, avaliação emancipatória e seminário integrado?.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura: 10 – Como você avalia essa nova proposta? .....</b>	<b>39</b>

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O Sistema Educacional Brasileiro, no decorrer de sua trajetória, vem sofrendo alterações significativas no que tange aos aspectos relacionados à nossa cultura, economia e até mesmo políticas públicas.

Frente a tanta evolução nesse Sistema e acentuado avanço tecnológico, vivenciado a partir do século XX, a escola passa a ser um alvo de muitas discussões e análises, a fim de assegurar uma educação de qualidade capaz de inserir os educandos no mundo do trabalho e da cidadania.

Dentro desta perspectiva, o currículo escolar deve ser reavaliado, juntamente com a comunidade escolar para atender as demandas educacionais locais, produzindo assim, sujeitos capazes de interagir significativamente em sociedade.

Assim, faz-se necessário que órgãos governamentais, gestores educacionais, professores e comunidade escolar, estejam competentemente capacitados para alçar novas estratégias de formação dos alunos, sabendo quais os enfoques e quais os direcionamentos devem ser realizados diante dos profissionais que se pretende formar.

Para tanto, estar empenhado na busca de um currículo que seja o reflexo da escola e da comunidade escolar é uma das principais estratégias de organização curricular capaz de lograr êxito educacional.

Protagonizando uma das últimas mudanças na metodologia de estruturação do Ensino Médio gaúcho, no ano de 2011 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), através da pasta de educação apresentou à comunidade escolar uma nova proposta pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional. Segundo a Secretaria Estadual de Educação e em consonância com essa proposta o Plano de Governo 2011-2014, no que tange à Política Educacional, estabeleceu como prioridade a democratização da gestão, do acesso à escola, ao conhecimento com qualidade cidadã; à aprendizagem e ao patrimônio cultural e a permanência do aluno na escola, além da qualificação do Ensino Médio e Educação Profissional.

Estranhamente, contrariando a prioridade apresentada no que tange à democratização da gestão, as escolas da rede pública estadual do RS não participaram desse debate amplamente, o entendimento de participação democrática no processo de gestão educacional, limitou-se apenas a apreciação e

cumprimento de uma nova perspectiva de ensino, preconizada pelo governo do Estado do RS, que afirma que a nova proposta basicamente se constitui por um Ensino Médio Politécnico que tem por base na sua concepção a dimensão da politecnicidade. Constituído-se na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo. Já a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio se configura como aquisição de princípios que regem a vida social e constroem, na contemporaneidade, os sistemas produtivos.

Favoráveis, adeptos, contrários ou não à nova proposta apresentada, o assunto foi tema de muita discussão no ambiente educacional do Estado do RS que, contrariando muitas críticas e descrédito por parte de uma parcela da população, não se limitou a seguir a nova regra, sem estudar e buscar um entendimento amplo do novo paradigma que se descortina.

O presente estudo tem o objetivo de investigar como ocorreu a implementação do Ensino Médio Politécnico em uma escola da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul (RS), bem como salientar os principais desafios vivenciados pelos professores e ainda perceber qual a compreensão dos alunos sobre como reagiram, desafios, possibilidades, potencialidades desse currículo e proposta educacional inovadora.

A presente pesquisa possuiu uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Zanelli (2002), o rigor na condução de estudos quali-quantitativos é dado pela clareza e sequência lógica das decisões de coleta, pela utilização de métodos e fontes variadas e pelo registro cuidadoso do processo de coleta, organização e interpretação.

Assim, pode-se dizer que uma pesquisa quali-quantitativa caracteriza-se pela sagacidade, nitidez e organização dos resultados coletados.

Dentro das possibilidades desse tipo de pesquisa encontra-se o estudo de caso.

Segundo Chizzotti (1995, p. 102), estudo de caso “é a pesquisa para coleta e registro de dados de um ou vários casos, para organizar um relatório ordenado e crítico ou avaliar analiticamente a experiência com o objetivo de tomar decisões ou propor ação transformadora.”

Já Gil (1987, p. 58) entende que “é o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos para permitir um amplo e detalhado conhecimento”.

Para tanto, a interação pesquisador e pesquisado torna-se eficaz e de soberana importância, pois possibilita uma relação mais direta e de confiabilidade do pesquisador em relação ao entrevistado na busca de informações e coleta de dados mais aprofundados e precisos sobre a questão em estudo.

Os dados relativos a esta pesquisa foram analisados a partir da aplicação de questionários, composto por dez questões objetivas que buscaram respostas sobre como ocorreu a implantação do Ensino Médio Politécnico, aplicados para professores regentes e professores coordenadores da disciplina de seminário integrado, na tentativa de diagnosticar, com maior fidedignidade o grau de comprometimento e participação dos docentes frente a esta nova esfera educacional.

Partindo da análise dos conteúdos evidenciados, a presente monografia apresenta uma análise dos seus questionários, que posteriormente foram organizados em gráficos e tabulados de acordo com as informações obtidas, no intuito de retratar a realidade da escola envolvida neste estudo de caso, ou seja, como a escola está se adaptando frente à proposta do Ensino Médio Politécnico, bem como suas perspectivas e desafios.

No primeiro capítulo, abordaram-se algumas reflexões e perspectivas acerca da implantação do Ensino Médio Politécnico, tendo como base o enfoque da politecnia, contemplando também a busca da construção dos conhecimentos e suas tecnologias através da pesquisa e de que forma estas hipóteses podem estar alicerçadas em um currículo norteado pela participação da comunidade escolar e dos gestores.

No segundo capítulo, buscou-se a discussão sobre a implantação do novo Ensino Médio, contextualizando através de aspectos legais e experimentais, tendo como prerrogativa alguns pontos administrativos, pedagógicos e existenciais.

O terceiro e último capítulo convirá para apreciação dos dados coletados através da pesquisa realizada com os professores coordenadores, professores regentes do Ensino Médio politécnico de uma escola de rede pública estadual do RS, em que se buscou, através da apresentação de gráficos, levantar apontamentos pesquisados de maneira que se obtenham percentuais por amostragem, com o propósito de apurar números referentes às expectativas de implantação desse novo arquétipo curricular.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo realizado.

# CAPÍTULO 1

## 1 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

### 1.1 A Gestão Escolar Democrática e os desafios na contemporaneidade

A educação brasileira conquistou através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394, de 1996, o direito que possibilita princípios de gestão democrática através da reflexão, tendo a necessidade e a participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, buscando resultados educacionais mais significativos, mediante um compromisso coletivo.

Dentro dessa ótica, que prima preceitos democráticos, fica difícil pensar em gestão educacional e principalmente numa gestão escolar democrática sem se fundamentar, entre outros, em Paulo Freire (1983-2007). A obra de Paulo Freire tem suscitado múltiplos olhares e inspirado diferentes propostas educativas, apresentando-se como um convite e, ao mesmo tempo, como um desafio à inovação dessas práticas em diversos contextos históricos nacionais e internacionais, revelando a sua amplitude e alcance.

Em busca do entendimento deste cenário, as palavras de Paulo Freire são esclarecedoras:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1983, p. 85-86)

Pode-se dar uma nova roupagem à proposta educacional para o Ensino Médio como uma proposta que prepare o aluno para vida, não propriamente no sentido de atribuir-lhe um curso técnico, mas como forma de ampliar as relações sociais, as linguagens, o conhecimento científico e histórico, com a finalidade de

partir de suas realidades e seus interesses, tornando assim o processo educativo mais significativo e eficiente.

Segundo Freire (2007, p. 21), “ensinar é algo de profundo e dinâmico onde a questão de identidade cultural que atinge a dimensão individual e a classe dos educandos, é essencial a prática educativa”. Basicamente o processo de ensino é dinâmico e participativo, em que o educador ao transmitir seus conhecimentos parte das vivências dos educandos para a construção da aprendizagem coletiva.

De acordo com Freire (2007, p. 23), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”. É exatamente nesta perspectiva que ensinar não acaba no aprendizado do objeto ou do conteúdo, de modo superficial feito, mas se estende à produção das possibilidades em que aprender criticamente é possível.

Ainda, "a leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito" (FREIRE, 2007, p. 27). A partir do momento em que o aluno atribui um significado ao que se está aprendendo e ao mesmo tempo consegue perceber qual a finalidade da proposta do que se está ensinando, a educação passa a ser de formação de valores éticos e construtora de cidadãos.

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo (Ibid, p.28). Educar é substantivamente formar (Ibid, p. 33).

Refletindo as palavras de Freire, ser educador é ter a missão de formar cidadãos capazes de interagir no mundo de maneira participativa e consciente. Nessa perspectiva, pode-se perceber que a escola na atualidade deve ser vista como espaço de intervenção na sociedade, ou seja, a escola é o espaço de debate, da busca incessante pela compreensão do mundo e do “estar no mundo”, é nesse espaço que se deve priorizar a construção de valores, da formação de caráter, da edificação de cidadãos.

Porém, a escola como organismo vivo da sociedade deve estar configurada no sentido de satisfazer as necessidades de alunos e profissionais que nela trabalham, para de tal forma atingir os objetivos propostos em suas práticas rotineiras. Para isto, é necessário lançar um novo olhar sobre os gestores escolares, que além de necessidade passam a ter o papel determinante no processo.

De acordo com Luck (2007, p. 4):

A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação de dirigentes, surge, por conseguinte, em substituição a “administração educacional”, para representar não apenas novas idéias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação, pela dialética, de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretívismo; ora a hétero-avaliação, ora auto-avaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do conhecimento construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade.

Paro (2000, p. 54) contribui,

A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos. A administração escolar está, assim, organicamente ligada à totalidade social, na qual, além de se realizar e exercer sua ação, está sujeita às condições existentes de ordem econômica, política e social. Assim, os elementos relacionados à administração e à escola devem ser examinados à luz da organização e funcionamento da sociedade.

Vive-se uma nova Era, a tecnologia avança de maneira desenfreada, e hoje devemos nos adaptar a toda essa realidade circundante ou simplesmente ficamos a mercê de uma sociedade totalmente globalizada.

Assim como a sociedade evoluiu não se pode pensar “educação” de forma diferenciada, afinal é necessário acompanhar todas as mudanças inerentes à sociedade atual e buscar alternativas de assimilação ao contexto escolar.

Mais do que nunca, se faz necessário repensar o currículo educacional e verificar quais as vertentes que podem ser tomadas para um ensino dinâmico, de qualidade e que cause contentamento em todos os protagonistas deste processo.

As novas diretrizes da Educação Básica apontam que os alunos devem estar inseridos na escola dos quatro aos dezessete anos de idade, mas ao se repensar o currículo é necessário repensar o Ensino Médio, como última etapa da formação básica, buscando metodologias capazes de trabalhar com os alunos, nesse mundo “globalizado” e, principalmente, em um currículo que esteja norteado na preparação dos alunos para a vida, isto é, rompe-se o paradigma de que o aluno está apenas concluindo o Ensino Médio e passa a acreditar-se que na condição de mediadores

do conhecimento, estamos buscando alternativas para que os alunos possam interagir de maneira significativa em sociedade.

A escola como órgão formador de conhecimento deve primar por um currículo que trabalhe as mudanças mundiais, que utilize as ferramentas tecnológicas na busca de novas possibilidades de assimilação de conhecimento, que trabalhe a educação sexual entre outros temas contemporâneos e que direcione ao mercado de trabalho cidadãos com amplas visões de mundo e de conhecimento técnico.

Outro fator fundamental é discutir uma gestão escolar democrática, em que equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos envolvidos no processo sejam conhecedores da escola e que participem na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos estabelecimentos de ensino e que acima de tudo sejam disseminadores de uma escola que prepare para a vida. Assim, teremos alunos egressos realmente comprometidos com as mais distintas questões que a comunidade imporá.

Cabe ressaltar que, muito mais do que a organização curricular em carga horária, disciplina e recursos humanos, os gestores escolares devem nortear o caminho para uma escola que funcione como aquisição de valores e relações interpessoais embasadas em uma educação crítica e consciente. Segundo a Constituição Federal Brasileira:

[...]. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos ou escolares equivalentes. (BRASIL, 1988, p. 08)

Formar gestores escolares capazes de perceber que currículo, PPP e planejamento andam juntos, que devem ser fundamentados pela comunidade escolar e atender uma realidade sociocultural diferenciada é o papel dos cursos de formação e pós-formação e estes, por sua vez, devem ser os diferenciais nas comunidades escolares onde atuam ou onde atuarão.

No campo educacional, não se pode pensar diferente, ou seja, as escolas de formação tradicional e burocratizadas acabam sendo substituídos por uma nova formação organizacional: com capacidade de resolver problemas, maior autonomia entre os sujeitos envolvidos no processo, gestores democráticos e comprometidos

com a plenitude do processo em uma esfera global, ou seja, uma administração escolar que não rotule aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, mas sim, que seja capaz de integrar habilidades e competências, da mesma forma que tenha a intenção de agregar todos os indivíduos abarcados no processo de construção do PPP do seu estabelecimento de ensino.

O PPP, compreendido também como Planejamento Participativo nas escolas democráticas, que primam pela democracia e engajamento de todos, não deve ser construído a partir de “decretos”, porém, deve ser vislumbrados por meio da colaboração dos pais, professores, alunos e funcionários, com o intuito de ter responsabilidades elencadas nas diretrizes, para bom funcionamento e organização da instituição escolar.

Para que tudo isso aconteça, é necessário que os gestores escolares tenham um planejamento bem definido, com metas pré-estabelecidas, onde a comunidade escolar seja a chave-mestra para a resolução de todas as atividades, e que estas por sua vez, contemplem as reais necessidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, assim, surgirão subsídios para escolher que tipo de formação se estará alcançando.

Somente no momento em que o planejamento participativo assumir a função de destaque, como um dos elementos essenciais da gestão escolar democrática, é que se terá aliado teoria e práticas, a fim de suprir as demandas mais complexas em diferentes cenários e situações.

Para tanto, outra questão que deve ser referenciada quando o assunto é gestão escolar é o currículo, pois é nele que estão norteadas as ações e práticas pedagógicas de uma instituição de ensino. É a organização curricular a grande responsável pelo o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, e este por sua vez, deve ser significativo, ou melhor, deve ultrapassar os limites de sala de aula, contribuindo para a vida dos educandos, tornando as aprendizagens assimiladas em sala de aula realidades de criação e recriação no contexto social.

A LDB 9394/96, assim os define em seu artigo 26:

[...] os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o

conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

O que mais vem sendo discutido são as práticas e as melhores maneiras de ensinar e aprender, ou em outras palavras, quais as práticas educativas devem ser utilizadas a fim de melhorar o desempenho escolar.

Pode-se questionar de maneira bastante polêmica, quais as práticas a serem adotadas para uma reorganização dos currículos escolares, levando em conta que metodologias, propostas e teorias necessitam ser elencadas.

Tendo como base o PPP da escola, passa-se a versar sobre um conjunto de fatores determinantes na elaboração de um currículo eficiente e dinâmico, o qual seja norteado a partir dos seguintes eixos: tempo, espaço, avaliação, metodologias, conteúdos, gestão e supervisão escolar.

Estes segmentos devem estar interligados para repensar o currículo de uma instituição de ensino, com o propósito de analisar o que atribuir nos currículos e de que maneira essas práticas serão produtivas em um currículo consistente e preparatório para a vida dos educandos.

Vale salientar, que o Ensino Fundamental deve estar organizado com a finalidade de preparar os alunos para situações problemas que enfrentaram no seu cotidiano. Quantas vezes nos questionamos, principalmente quando somos alunos, por que a escola não ensina coisas que poderemos utilizar em nossas vidas?

É necessário lançar um novo olhar, tanto no processo de formação de professores, quanto uma conscientização aos profissionais da educação que primem por um currículo eficaz e dinâmico, que forme alunos críticos e conscientes capazes de interagir significativamente em sociedade.

Busco através de a rememoração resgatar algumas das práticas que vivenciei enquanto aluno que apesar da pouca lembrança percebia que as disciplinas de maneira isoladas, com professores individualistas, não primavam por uma educação integral, ou seja, os conteúdos eram isolados, as disciplinas não se entrelaçavam como forma de integrar conhecimentos, os professores eram tradicionais e dificilmente buscavam aulas dinâmicas.

Sacristan (2000, p. 108) define:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

O currículo não pode ser visto apenas como um documento dentro de um estabelecimento de ensino, mas sim, deve ser visto como uma forma de interação social de toda uma comunidade escolar, baseada em questões que sejam relacionadas com a atividade humana. O currículo deve ser vislumbrado a partir de políticas curriculares.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele, intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000, p. 109)

Por fim, é necessário que se perceba os protagonistas da elaboração de um currículo focado em práticas dinamizadoras, que são: as políticas públicas, a sociedade, a família, os professores e os alunos, pois somente assim, teremos uma educação humanizadora e cidadã.

## CAPÍTULO 2

### 2 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

#### 2.1 A definição de politecnicidade e sua contextualização

Ao utilizarmos a nomenclatura de ensino politécnico, que basicamente é a forma de ratificação da proposta inserida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, dentro de uma nova ótica que se descortina na educação gaúcha, mais especificamente com o ensino médio, faz-se necessário a compreensão do termo “politecnicidade” que é o estudo de muitas artes ou de ciências aplicadas, isto é, a capacidade de desenvolver muitas habilidades nas mais distintas áreas.

Gramsci (1978, p.31) afirma,

[...] pensar políticas públicas voltadas para a educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e culturais e a capacidade de atingi-los.

Da mesma forma, afirma Saviani (1989, p.17): “A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”.

Na verdade, o propósito a ser alcançado com o Ensino Médio Politécnico não é inserir os alunos no mercado de trabalho, mas, sim, apresentar abordagens que possibilitem ao educando o reconhecimento ao mundo do trabalho e as suas tecnologias, tendo como princípio formador as disciplinas ofertadas pela escola.

Tal como define a Proposta de Reestruturação do Ensino Médio (2011, p. 14):

[...] o Ensino Médio Politécnico, embora não profissionalizante, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover a formação científico-tecnológica e sócio-histórica a partir dos significados derivados da cultura, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade.

A referida proposta almeja que os estudantes consigam concluir o Ensino Médio com visões pré-estabelecidas do mundo do trabalho e suas tecnologias, a fim de contribuir de maneira significativa, colaborativa e participativa na comunidade.

Tendo como base o censo escolar do ano de 2010, dados do Departamento de Planejamento da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, de 2011, trazem alguns pontos que nortearam a necessidade de uma nova perspectiva de ensino e aprendizagem do Ensino Médio, tais pontos foram: os altos índices de reprovação, a evasão escolar e alunos matriculados fora da idade etária para a série.

Tais problemáticas justificaram a necessidade de implantação de uma nova proposta para o Ensino Médio que inicialmente foram definidas em modalidades a serem estabelecidas: Ensino Médio Politécnico, Ensino Médio-Curso Normal, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

Como o presente trabalho monográfico detém-se a uma pesquisa do Ensino Médio politécnico na Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, enfatiza-se apenas esta modalidade de ensino.

## **2.2 A estruturação, a organização e a implantação curricular do Ensino Médio Politécnico**

Ao se pensar em organização curricular de um estabelecimento de ensino, neste caso da rede pública estadual, faz-se necessário analisar os dispostos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente.

Dentro dessa ótica, é necessária uma organização curricular norteada por duas bases distintas: uma base comum e uma base diversificada, sendo que esta pode complementar a primeira, de acordo com as necessidades e reflexos culturais, sociais, políticos e econômicos a comunidade escolar local.

Quanto à proposta do Ensino Médio Politécnico na rede estadual do RS, ficará assim distribuída em termos de base comum e base diversificada: será implantado gradativamente nos anos de 2012, 2013 e 2014, sendo respectivamente no 1º, 2º e 3º anos, com uma carga horária total de 3000 horas, distribuídas da seguinte forma:

	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Formação Geral	750h	500h	250h	1500h
Parte Diversificada	250h	500h	750h	1500h
Total	1.000h	1.000h	1.000h	3.000h

Fonte: Proposta de Reestruturação do Ensino Médio/RS.

### Segundo Proposta de Reestruturação do Ensino Médio (2011, p. 23)

Entende-se por formação geral (núcleo comum), um trabalho interdisciplinar com as áreas de conhecimento com o objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho. Entende-se por parte diversificada (humana – tecnológica – politécnica), a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho. A articulação dos dois blocos do currículo, por meio de projetos construídos nos seminários integrados, se dará pela interlocução, nos dois sentidos, entre as áreas de conhecimento e os eixos transversais, oportunizando apropriação e possibilidades do mundo do trabalho.

Aqui, percebe-se que a proposta do Ensino Médio Politécnico busca ampliar a base diversificada de 25% para 75% ao final dos três anos, ponto este que merece um enfoque diferenciado, pois em consonância com os PCNs a base diversificada deveria ficar com 25% apenas.

Faz-se necessário uma análise detalhada do assunto, pois sabemos que a educação por muitos anos e ainda na atualidade, passa a ser um alvo de constantes críticas, opiniões e prerrogativas. É necessário sofrer algumas alterações no que tange suas propostas pedagógicas, porém, para que um processo de redemocratização da educação se efetive de maneira satisfatória é imprescindível dialogar com os profissionais da educação que estão em efetivo exercício nas salas de aula do nosso estado.

São os professores os principais sabedores dos desafios e anseios enfrentados diariamente. Mudanças são positivas, sim. Entretanto, não podemos ser impostos a projetos inovadores que não mostram objetivos coerentes e seguros, pois os maiores prejudicados são os atores protagonistas envolvidos nesse processo, ou melhor, educadores e alunos, os primeiros por não terem oportunidade

de vez e voz, de buscar alternativas de melhores rendimentos e qualidade na educação e os últimos lesados em propostas que não valorizem como prioridade.

Um dos pontos mais polêmicos e comentados dentro da proposta é a inserção da disciplina denominada de Seminário Integrado na grade curricular, disciplina essa que traz muita discussão sobre a sua eficácia, visto que contempla em sua carga horária toda a base diversificada, iniciando com 250 horas para os alunos do 1º ano, 500 horas para os alunos do 2º Ano e 750 horas para os estudantes do 3º ano, que ao juntar-se com a base comum, somará mil horas anuais junto o ensino politécnico.

Tal como define a Proposta de Reestruturação do Ensino Médio (2011, p. 23)

Os Seminários Integrados constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e em complexidade crescente [...].

[...] Organizam o planejamento, a execução e a avaliação de todo o projeto político-pedagógico, de forma coletiva, incentivando a cooperação, a solidariedade e o protagonismo do jovem adulto. A realização dos seminários integrados constará na carga horária da parte diversificada, proporcionalmente distribuída do primeiro ao terceiro ano, constituindo-se em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso.

A grande situação problema que surge é de como será ministrada esta disciplina, de forma que atenda um tema gerador local, capaz de instigar nos alunos o espírito de pesquisa e criticidade, como forma de garantir uma educação de qualidade e eficiência. Caso esse processo não ocorra, o aluno será mero reproduzidor de conceitos estabelecidos pelos docentes e o trabalho de pesquisa que deveria ser prazeroso e desbravador de novos conhecimentos ao educando, será meramente cópia de produções já existentes.

Ainda dentro dessa perspectiva, a disciplina de Seminário Integrado deverá surgir como resultado do debate, da busca, da curiosidade de alunos, professores e comunidade escolar, não sendo algo pré-estabelecido e imposto para os educandos, pois a partir do momento em que esta prática não brote do contexto escolar e da realidade circundante, romperá o conceito de “politecnicidade” e de alunos protagonistas no processo de aprendizagem.

A proposta do ensino médio politécnico, como dito anteriormente, busca a formação integral do educando e, antes de tudo, que as disciplinas ministradas pela escola dêem a sustentação para interagir no mundo do trabalho. Nesse sentido, um

dos maiores desafios para os educadores contemporâneos é a questão da interdisciplinaridade.

Em um mundo globalizado, que a tecnologia avança de maneira acelerada, os educadores devem estar atentos às transformações sociais, como forma de estudar os mais distintos assuntos que surgem na atualidade. Rompe-se aqui, o conceito de disciplinas fragmentadas e começa-se a trabalhar com áreas do conhecimento assim distribuídas: Linguagens, códigos e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza e suas tecnologias, áreas capazes de “transitar” nos mais distintos assuntos e juntos compreender os múltiplos conceitos da atualidade.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (BRASIL, 1999, p. 89)

Sendo assim, encarar essa mudança educacional requer reflexão, criticidade, comprometimento e responsabilidade com a tarefa de educar. Não se pode esperar propostas salvadoras, mas sim que se tenha espírito crítico, reflexivo, análise e avaliação das práticas pedagógicas e desafios de educar e encontrar respostas para os mais distintos questionamentos dos alunos.

A proposta educacional para o Ensino Médio do estado norteia-se em termos de avaliação, pela questão emancipatória, ou seja, pela capacidade de avaliar o aluno como sujeito participativo na construção de aprendizagem humana. Romão corrobora com essa perspectiva, ao dizer:

Na escola cidadã, na qual se desenvolve uma educação libertadora, o conhecimento não é uma estrutura gnosiológica estática, mas um processo de descoberta coletiva, mediatizada pelo diálogo entre educador e educando. Na educação libertadora, a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor.[...] (ROMÃO 1999, p. 88)

Toda a prática e decisão democrática começam na escola e é a partir dela que se qualifica o processo educacional, assim, a avaliação passa a ser o resultado das superações e conquistas dos educando como meio de sinalizar avanços e dificuldades que os alunos possuem.

Notemos um novo modelo de avaliação, a "Emancipatória":

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua "própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 2000, p. 61)

Assim, o princípio de avaliação emancipatória, visa à formação de sujeitos criadores de suas "próprias histórias", ou seja, o aluno é capaz de buscar alternativas de construção da sua aprendizagem, sendo um protagonista social. Em suma, a partir do momento em que se direcionar o processo de avaliação aos avanços e contribuições, o professor será um mediador entre os métodos e a aprendizagem.

A proposta de avaliar os alunos de maneira integral é extremamente interessante, porém, a proposta parece querer que os índices de reprovação e evasão sejam reduzidos a qualquer custo, dessa forma, rompe-se a credibilidade de uma proposta que valorize o aluno de maneira integral e percebe-se o intuito de apenas aprovar por aprovar, para elevação de índices e despreocupação com o aprendizado. Nessa compreensão, Hernández (1998, p. 113) nos depara:

Um convite a soltar a imaginação, a paixão e o risco por explorar novos caminhos que permitam que as escolas deixem de ser formadas por compartimentos fechados, cargas horárias fragmentadas, arquipélagos de docentes e passe a converter-se em uma comunidade de aprendizagem, onde a paixão pelo conhecimento seja a divisa e a educação de melhores cidadãos o horizonte ao qual se dirigir.

A escola deve ser, sim, um espaço de construção de conhecimento, de aquisição de valores, de exploração dos deveres e antes de qualquer coisa de valorização do ser humano, como forma de poder construir suas relações sociais e dialogar de maneira crítica e cidadã, diante disso o conhecimento é a base para a formação de uma sociedade transformadora de realidades.

## **CAPÍTULO 3**

### **3 REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E COMUNIDADE ESCOLAR DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO RS**

#### **3.1 Área de abrangência e reflexões sobre o PPP de uma escola da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul**

A Escola Estadual de Ensino Médio do estado do RS, foco de nossa pesquisa, conta com 40 professores aproximadamente, cerca de seiscentos e cinquenta alunos matriculados nas modalidades politécnica, regular e ensino de jovens e adultos, atendendo alunos advindos da zona rural, cerca de sessenta por cento, e outros quarenta por cento provenientes da zona urbana.

A faixa etária dos alunos regula entre os quinze até os dezenove anos, predominantemente, por causa das diferentes modalidades de ensino ofertadas pela escola. Cerca de cinquenta e três por cento são alunas e quarenta e sete por cento alunos.

No que diz respeito ao nível socioeconômico, atualmente os alunos são oriundos de famílias, em sua maioria, com renda média entre um e dois salários mínimos, advinda de atividades principalmente do setor primário da economia, já que este é preponderante no município e também em razão da origem dos alunos. A renda industrial no município encontra-se em declínio e a do setor terciário, por ventura, é mais alta, no entanto, não é predominante.

Quanto aos aspectos socioculturais, o panorama dos alunos e alunas é dado pela característica da formação cultural do município, o qual teve origem em extensas sesmarias ocupadas por portugueses católicos que, posteriormente, foram se desfazendo de parte de suas propriedades e abrindo espaço para a colonização alemã (protestantes luteranos) e italiana (católicos), o município conta ainda com muitos afrodescendentes que estão em processo controverso e não unânime de identificação como quilombolas, dentro desse grupo há manifestações religiosas específicas, tais como o candomblé, assim como no resto do país, as religiões originalmente introduzidas pelos migrantes estão sendo mescladas, principalmente, com as evangélicas em ascensão.

Como relatado, a maioria dos estudantes provém da zona rural, apesar da escola ser urbana, já que o município é extenso e a sede está localizada praticamente no centro do seu território e a malha rodoviária centraliza-se para o sítio urbano da sede municipal, apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrar que a população divide-se meio a meio.

Em acordo com os materiais estudados para a elaboração desta monografia, o PPP é um planejamento de trabalho participativo, vindo a atender as necessidades de aprendizagens locais, estimulando a criticidade e a criatividade. É um marco referencial de etapas a serem percorridas e tem como objeto um estudo que mude conhecimentos e atitudes a partir da solução de problemas. Segundo Veiga; Carvalho (1994, p. 50)

O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais.

Nessa Escola, há evidências de um empenho em oferecer um espaço solidário, democrático, que proporcione a educação integral dos estudantes, a sensibilização destes como cidadãos, visando o resgate da função social da escola, pois contempla a promoção para todos do domínio de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessárias ao atendimento das necessidades dos alunos, tendo em vista o desenvolvimento educativo de um processo justo e igualitário.

Com relação à participação da comunidade na elaboração do PPP, não existe esse espaço claro e aberto, pois a única evidência da participação dos pais e comunidade atualmente é bastante tênue, relegando-se a poucas atividades, burocráticas por assim dizer, tais como: processo de matrícula e rematrícula, reuniões esporádicas com os pais, entrega de boletins e atendimento individualizado quando há necessidade de algum esclarecimento quanto a discrepâncias de entendimento no tratamento dos processos pedagógicos, por isso o conhecimento específico sobre as famílias fica um pouco deficitário, muito pontual e generalizado.

Assim também acontece com relação aos alunos, o PPP está voltado para eles, mas os trata como usuários da escola e do que ela oferece, não os vendo como sujeitos atuantes no processo, sendo que estes poderiam estar mais

envolvidos nas decisões da escola para que se sentissem mais valorizados e peça principal de toda essa engrenagem.

Como afirma Libâneo (2005, p. 328):

A participação é o meio para assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

O PPP da Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo está voltado mais para a inclusão dos alunos na escola e sua permanência, proporcionando ao aluno a construção da autonomia, tornando-os mais atuantes na sociedade, sendo um aspecto importante, mas insuficiente para a construção de um efetivo PPP.

Como o PPP deve abranger o envolvimento de todos os atores no processo de ensino-aprendizagem (pais, professores, alunos, funcionários e comunidade local), no planejamento de ações e das metas, seria necessário que a Escola fomentasse maior protagonismo dos canais de participação que já possui, objetivando maior participação do Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil, Associação de Pais, que estão disponíveis na escola, mas ainda não efetivam a construção de novas maneiras de partilhar o poder de decisão.

Conforme Paro (2001, p.10),

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

A escola deve possuir representatividade da comunidade escolar, é necessário romper os paradigmas de que a escola é administrada apenas por um gestor e sim construir o processo de participação democrática e cidadã dentro desse organismo.

Quanto à justificativa e os objetivos, estão relacionados e condizem com a proposta e a realidade que a escola apresenta, pois busca desenvolver um processo

educativo que estimula no aluno a autonomia, criatividade, levando-os a construção de conhecimento, visando uma formação solidária e cidadã.

O referido PPP foi revisado apenas uma vez, no ano de 2012 a fim de atender as mudanças propostas pela Secretaria de Educação do Estado, quanto à implementação do Novo Ensino Médio Politécnico e valorizar as ideias de professores e alunos em resultado a um questionário que foi aplicado na escola. Evidenciou-se, nesse processo, apenas a participação de professores, alunos e equipe gestora, excluindo do debate familiares e comunidade.

Como destaca Gadotti (1994, p. 6) “a participação e a democratização num sistema de ensino público é uma forma prática de formação para a cidadania”.

Uma escola gerida no princípio de democracia, com absoluta certeza colherá alunos críticos e comprometidos com a política, com a cultura, com a economia e com quaisquer outros campos de atuação, tendo como fruto dessa gestão a excelência no ensino, por meio da participação de toda a comunidade escolar em busca da qualidade.

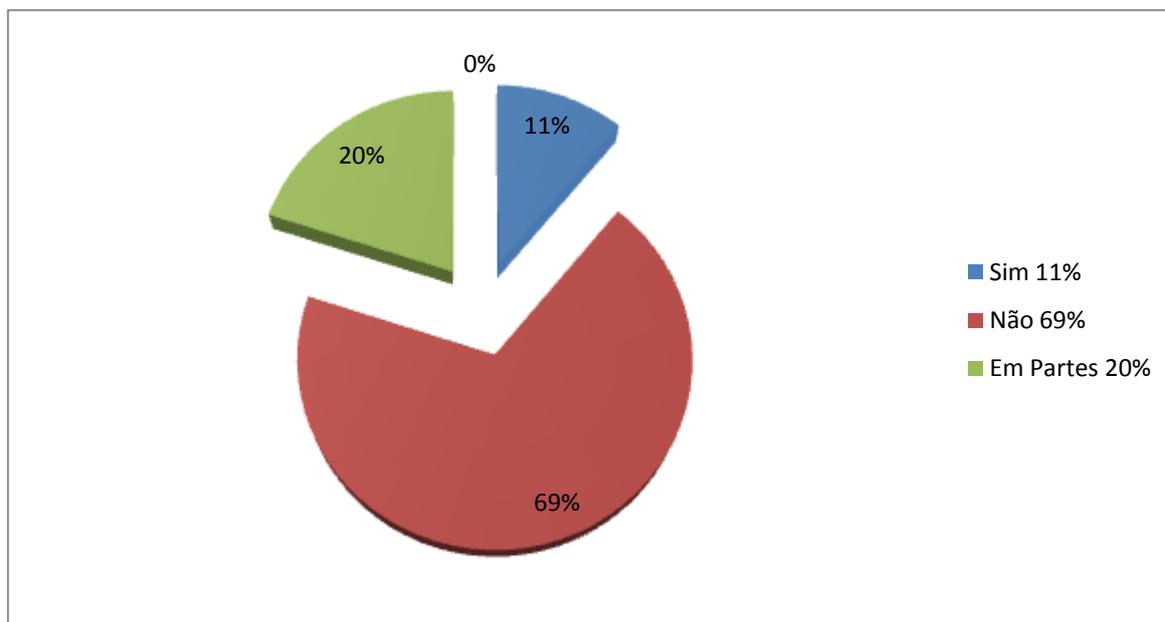
A gestão democrática é uma exigência de um PPP, no entanto, para garantir que uma escola venha a ser verdadeiramente democrática é de suma importância a criação de estruturas e processos democráticos mediante os quais a vida escolar se realiza. Sendo assim, para que se tenha um efetivo PPP na Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, ele tem que ser um instrumento representativo dos interesses da comunidade escolar e local, tem que ocorrer a participação dos atores que a constituem e estar aberto a contínua construção, aspectos que não estão contemplados no PPP dessa escola.

Dessa forma, buscar a família para a escola, bem como valorizar os profissionais da educação, convidando-os para o debate só vem ao encontro de todo esse processo.

### **3.2 A implantação do Ensino Médio Politécnico no contexto pesquisado**

Os dados representados neste trabalho são resultados de questionários aplicados em grupos de interesse da pesquisa, sendo assim divididos: professores regentes de classe e professores de seminário integrado, os quais possibilitaram a análise, contextualização e tabulação de elementos que por ora são aferidos.

**Figura 01 - Você participou da elaboração do Regimento, PPP e Currículo da escola?**



Fonte: o autor

A partir dos dados evidenciados, pode-se perceber que 69% dos participantes dizem não ter participado da construção do Regimento, PPP e do currículo da escola, 20% participaram em partes e 11% dizem ter participado destas atividades.

Diante disso, pode-se considerar e até mesmo justificar a falta de participação dos docentes frente a essas atividades, devido à escola ser grande, com muitos professores contratados e ainda atendendo em mais de uma instituição de ensino, dificultando assim a concentração do maior número de docentes em um mesmo período na escola.

Acredita-se que tamanho desinteresse na participação e construção dos documentos escolares se dê pelo acúmulo de trabalho e cargas horárias desgastantes, falta de valorização e remuneração da classe ou até mesmo falta de interesse dos docentes em participar de atividades extraclasse.

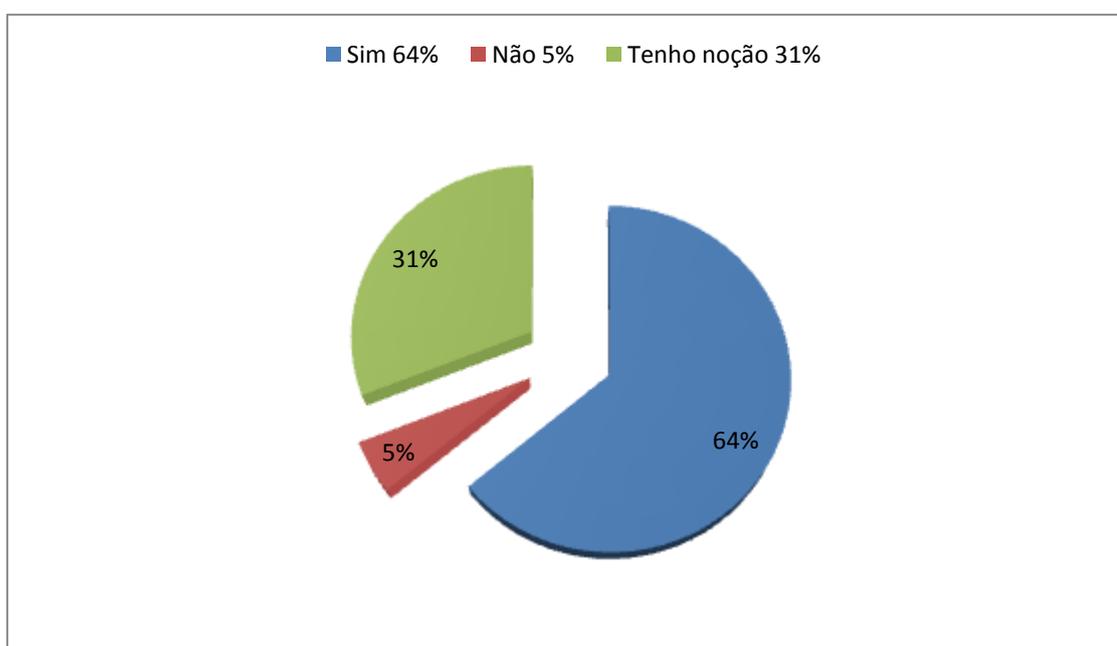
É importante evidenciar que essas percepções não caracterizam apenas o cenário de pesquisa onde se direcionou nossas ações, mas sim, refletem os intensos debates e manifestos que se percebe por meio de todos os veículos midiáticos no cenário educacional brasileiro.

As palavras de FREIRE (2007, p.80-81), podem ser relevantes no que versa o processo de participação e diálogo no contexto educacional, com ênfase na participação dos professores na construção de uma escola participativa.

Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e saber, para quem todos os que estão fora são essa gente, ou então nativos inferiores? Como posso dialogar se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a pressa das massas na história é sinal de deterioração que devo evitar?

O diálogo não exclui muitas vezes o conflito, mas é por meio dele que se toma posicionamento e que se pode ouvir diferentes contribuições, é uma ação de envolvimento de todos os sujeitos envolvidos no processo. Embora, não haja valorização da classe por meio de políticas públicas, a escola deve ser sim, o local de debate e de apoio também para os professores construírem um espaço de diálogo e motivação.

**Figura 02 - Você sabe o que significa Ensino Politécnico?**



Fonte: o autor

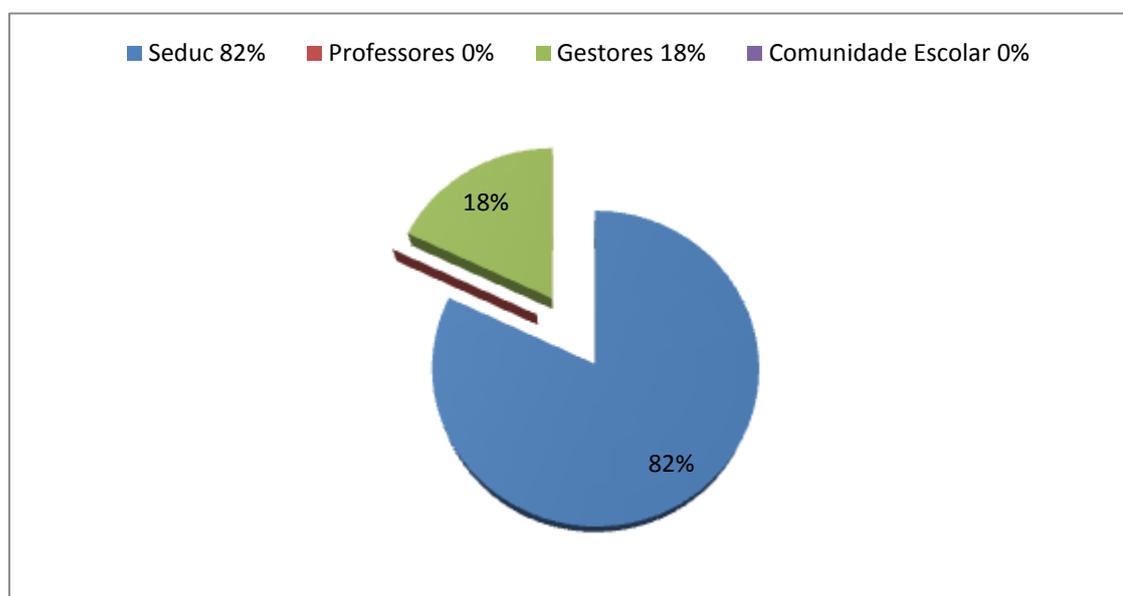
Ao questionar professores e alunos sobre essa questão, percebe-se que 64% dos participantes acreditam saber o que significa Ensino Médio Politécnico, 31%

consideram que têm uma noção do que possa significar e apenas 5% não sabem o que significa.

Por meio desse resultado, projeta-se uma tese de que os principais envolvidos com a proposta de estruturação do Ensino Médio Politécnico sabem o que significa tal proposta, porém não é possível inferir que sabem a origem do termo “politecnia”, ou até mesmo de que forma está relacionado com as práticas de ensino. Com toda a certeza, se houvesse engajamento e discussão com os profissionais da educação, todos estariam cientes e contribuintes dessa nova proposta, em contrapartida sem capacitação e debate não haverá entrosamento.

Em um pequeno intervalo de tempo, estão ocorrendo grandes transformações no universo educacional, muitas delas difíceis de serem compreendidas e aceitas, em outras palavras, a comunidade escolar, com enfoque central nos professores, não estão conseguindo adaptar-se a inúmeros desafios e perspectivas sociais, culturais, econômicas e científicas.

**Figura 03 - Como foi definido o currículo escolar politécnico da escola?**



Fonte: o autor

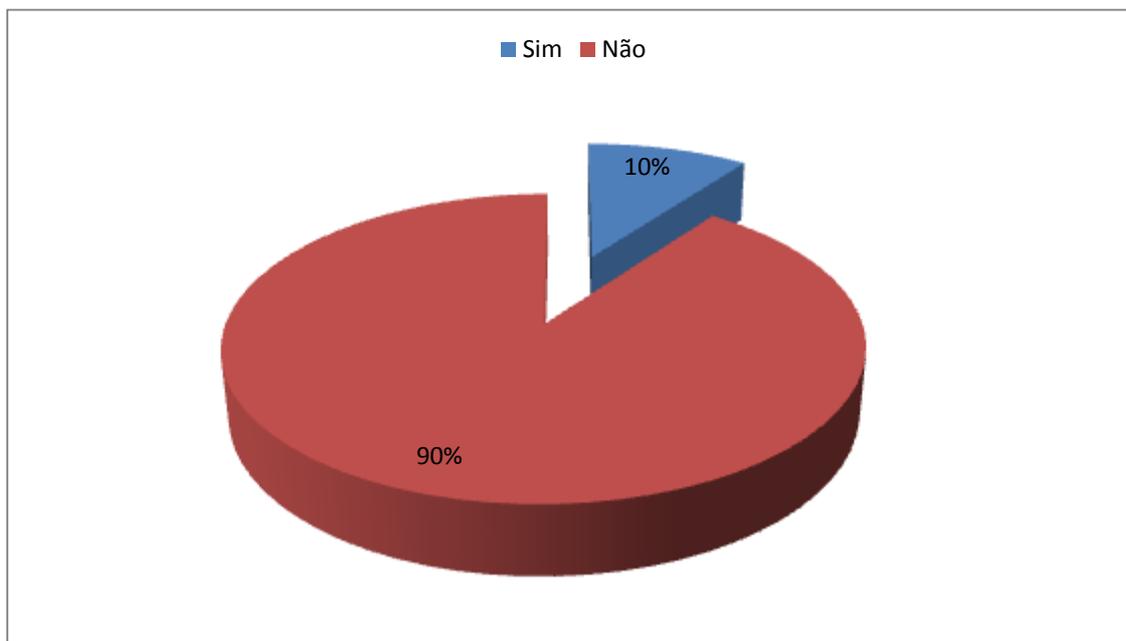
O gráfico acima representa que 82% dos participantes acreditam que o currículo do Ensino Médio Politécnico foi elaborado somente pela Seduc/RS, sem nenhum tipo de consulta prévia aos profissionais da educação, da mesma forma 18% acreditam que os gestores também são responsáveis pela elaboração do currículo politécnico, quando se fala em gestores engloba-se diretores, vice-

diretores, supervisores escolares e coordenação pedagógica, tendo em vista que os mesmo foram convidados a participar de capacitações e reuniões pedagógicas. O currículo deve ser construído a partir da discussão, conforme afirma Gadotti,

Um sistema único e descentralizado supõe objetivos e metas educacionais claramente estabelecidos entre a escola e o governo, visando a democratização do acesso e da gestão e a construção de uma nova qualidade de ensino, fundada nas necessidades básicas de aprendizagem da comunidade. (GADOTTI, 2000, p. 51)

A comunidade escolar não tem participação na construção do currículo escolar o que é um equívoco, tendo em vista que cada instituição deve se nortear tendo como base as vivências dos educandos para a construção de um currículo sólido e eficaz. O espaço de discussão deve ser focado na escola, e a mesma não deve ser a detentora dos procedimentos pedagógicos e resoluções.

**Figura 04 - Houve participação da comunidade escolar com espaço para sugestões?**



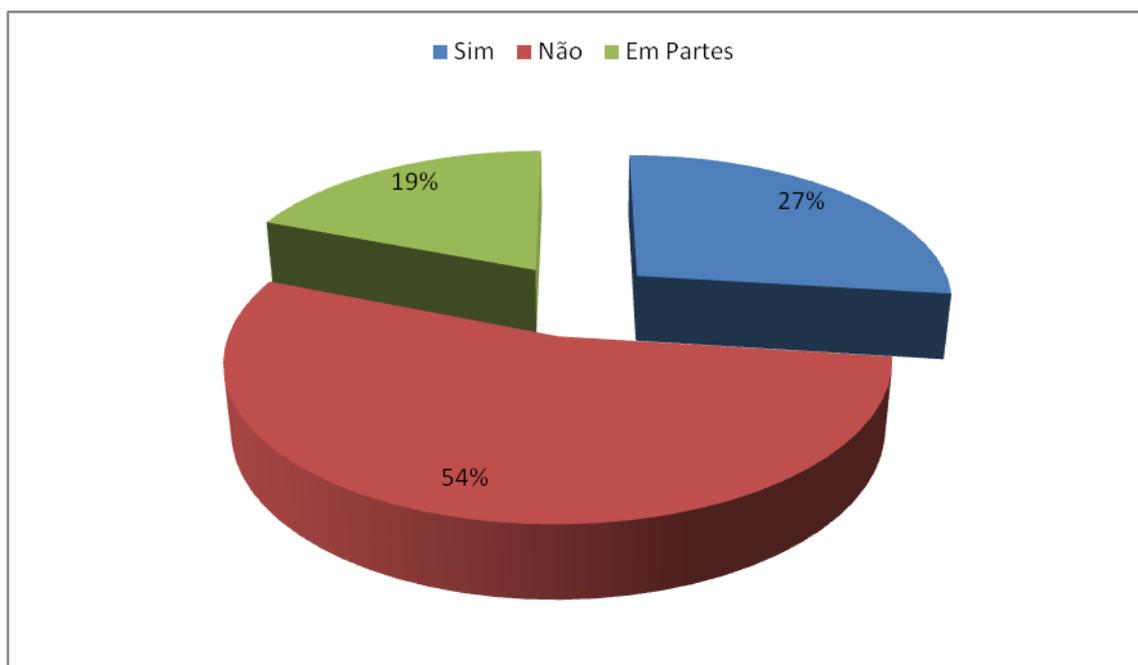
Fonte: o autor

Os dados expostos demonstram que os princípios de gestão democrática não estão claramente enfocados na instituição, tendo em vista que 90% dos participantes mencionaram não haver participação da comunidade escolar na construção do currículo escolar, sendo que os 10% são apenas coordenadores e alguns professores que se propõem a participar.

[...] Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto. Daí nossa obrigação, como profissionais da educação, de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos. (BRASIL, 2010, p. 19)

A proposta da politecnicia, inserida pelo Governo do Estado foi realizada de maneira nada participativa, ou seja, nos encontros e palestras em que os profissionais participaram, houve apenas explanação e imposição, fato este, que demonstra desconsideração por uma construção curricular participativa. Assim, não havendo o convite para a discussão qualquer imposição direciona ao fracasso.

**Figura 05 - A proposta do ensino médio politécnico valoriza o aluno como ser humano?**

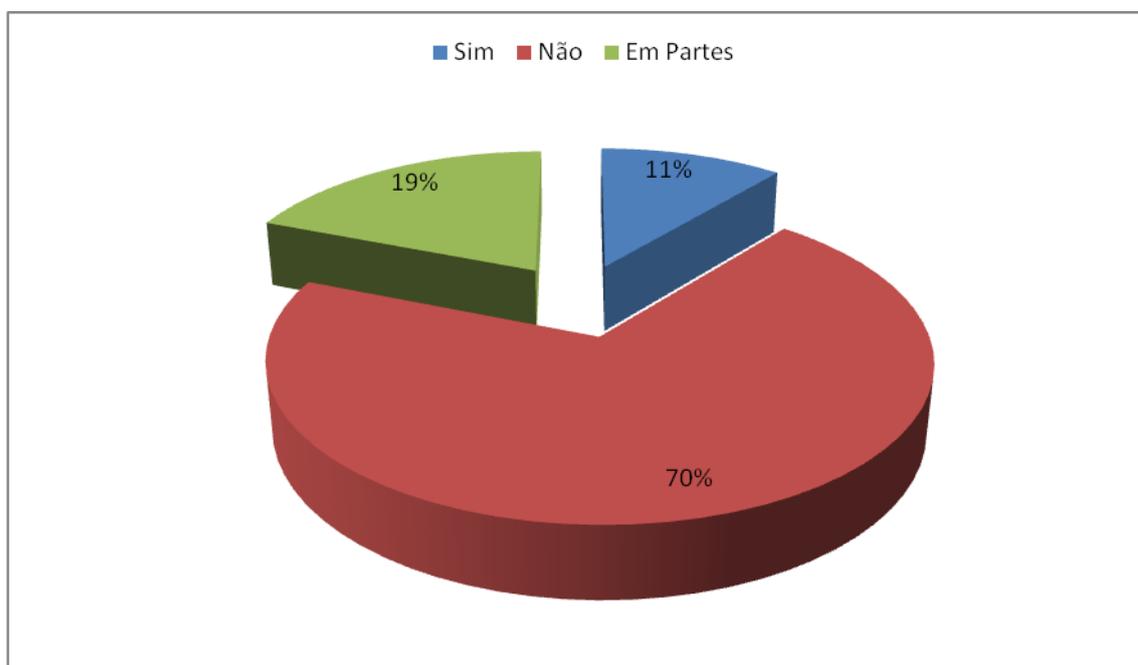


Fonte: o autor

A maioria dos participantes da pesquisa diz que a proposta formulada pela Seduc/RS, de implantação do Ensino Médio Politécnico, não valoriza o aluno como ser humano, ou seja, 54% desacreditam dessa premissa ou acreditam em partes, somando 19%, quando questionados o motivo por tamanha descrença, as respostas demonstram que há certa distância entre a formação de valores e a construção de sujeitos participativos com atitudes humanizadoras e a assimilação de conteúdos o que é destoante entre tais relações.

Pelas respostas dadas pelos educadores é possível afirmar que o modo com que o currículo politécnico está sendo implantando, poderá deixar brechas em relação à aprendizagem, tendo em vista que não prima pela relação teoria e prática, optando por enfatizar a segunda, no entanto, ambas deveriam ser trabalhadas simultaneamente, ou seja, uma formação humanizadora e também voltada para a aquisição de conhecimentos inerentes às práticas cognitivas.

**Figura 06 - O atual Ensino Médio (Politécnico) possibilita inserir os alunos no mercado de trabalho?**



Fonte: o autor

Os dados explicitados no gráfico demonstram que 70% dos educadores não acreditam que a proposta atual alie teoria e prática, capacitando os educandos e preparando-os para a inserção no mercado de trabalho, 19% acreditam que a proposta é capaz de dar habilidades e competências para o exercício de uma profissão e apenas 11% consideram que a metodologia trabalhada junto ao Ensino Médio é capaz de inserir os estudantes em diversos segmentos profissionais da comunidade.

Aqui é que a proposta mostra seu foco principal, ou seja, o seu objetivo principal não é o de inserir os alunos no mercado de trabalho, mas sim, de dar-lhes noções necessárias para o mundo globalizado e tecnológico, bem como um mundo em constantes mudanças sociais. Talvez esse seja o pontapé inicial, de uma

proposta que caminha para a formação de alunos para a vida e não para um segmento social.

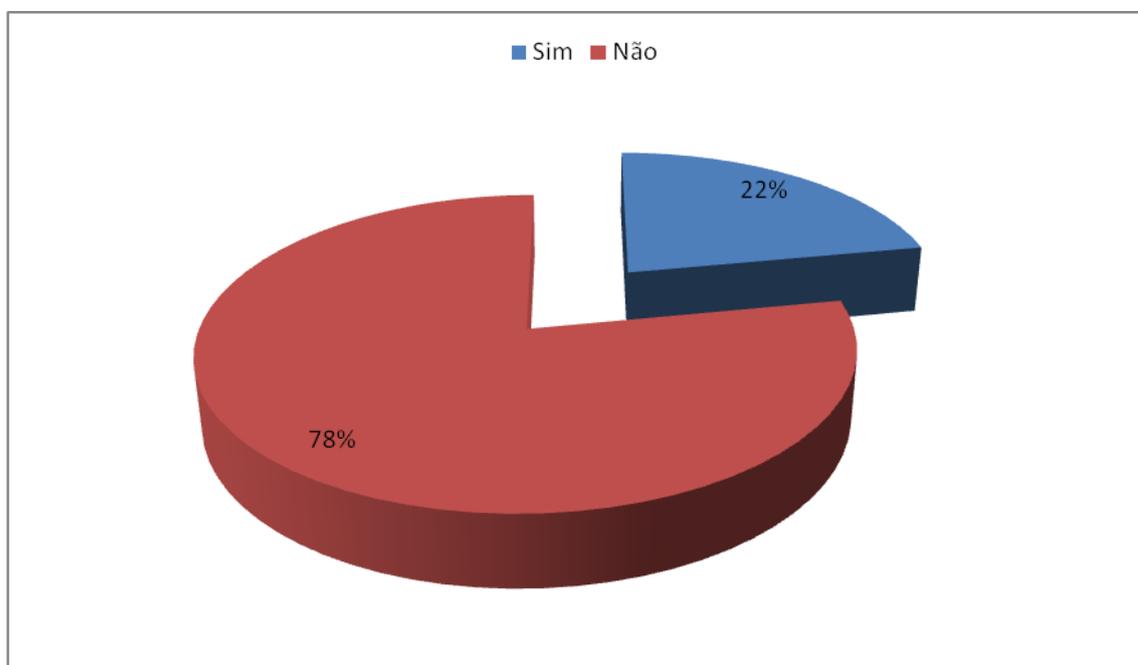
Logo que define a Proposta de Reestruturação do Ensino Médio (2011, p. 23)

Entende-se por parte diversificada (humana – tecnológica – politécnica), a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho.

A articulação dos dois blocos do currículo, por meio de projetos construídos nos seminários integrados, se dará pela interlocução, nos dois sentidos, entre as áreas de conhecimento e os eixos transversais, oportunizando apropriação e possibilidades do mundo do trabalho.

Espera-se que a escola deve dar um enfoque para o mundo do trabalho, porém, a mesma deve primar pela qualidade de suas ações, refletindo sempre que tipo de aluno deseja formar, por isso a importância de formar um cidadão para a sociedade, bem como para interagir na mesma.

**Figura 07- Os currículos escolares devem ser iguais?**



Fonte: o autor

Dentro do universo pesquisado, a grande maioria de docentes diz que os currículos devem ser diferenciados, atendendo as realidades locais e a clientela presente na escola, a partir do exposto a aprendizagem se torna significativa e

palpável. Tal como é visto nos PCNs (2000, p. 86), “a autonomia da proposta pedagógica dos sistemas e das unidades escolares para contextualizar os conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida dos seus alunos”.

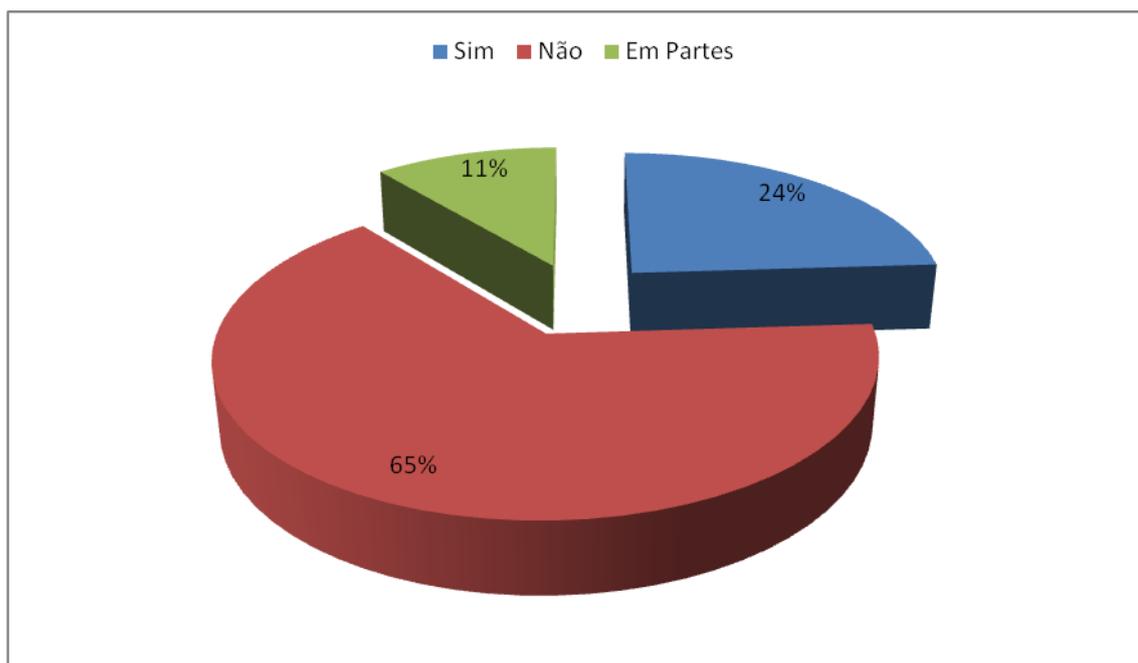
Acredita-se que os educadores que responderam que os currículos devem ser iguais, notam que a única vantagem de currículos iguais se dá nas transferências de alunos para outras escolas, o que facilitaria a assimilação dos conteúdos.

Conforme Paro (2007, p. 11)

É a escola inteira que deve ser motivadora; portanto, é a escola toda que deve se tornar educadora. A esse respeito, o enriquecimento do currículo não pode se restringir a mero acréscimo de disciplinas a serem estudadas, mas a uma verdadeira transformação da escola num lugar desejável pelo aluno, aonde ele não vá apenas para preparar-se para a vida, mas para vivê-la efetivamente.

Portanto, o currículo escolar é o reflexo da comunidade, onde a escola está inserida, e é ele que será o princípio norteador de todas as atividades escolares. Um currículo escolar deve ser significativo e democrático.

**Figura 08 - O Ensino Médio Politécnico e o componente curricular de Seminário Integrado possibilitam com que o aluno alie teoria e prática ?**



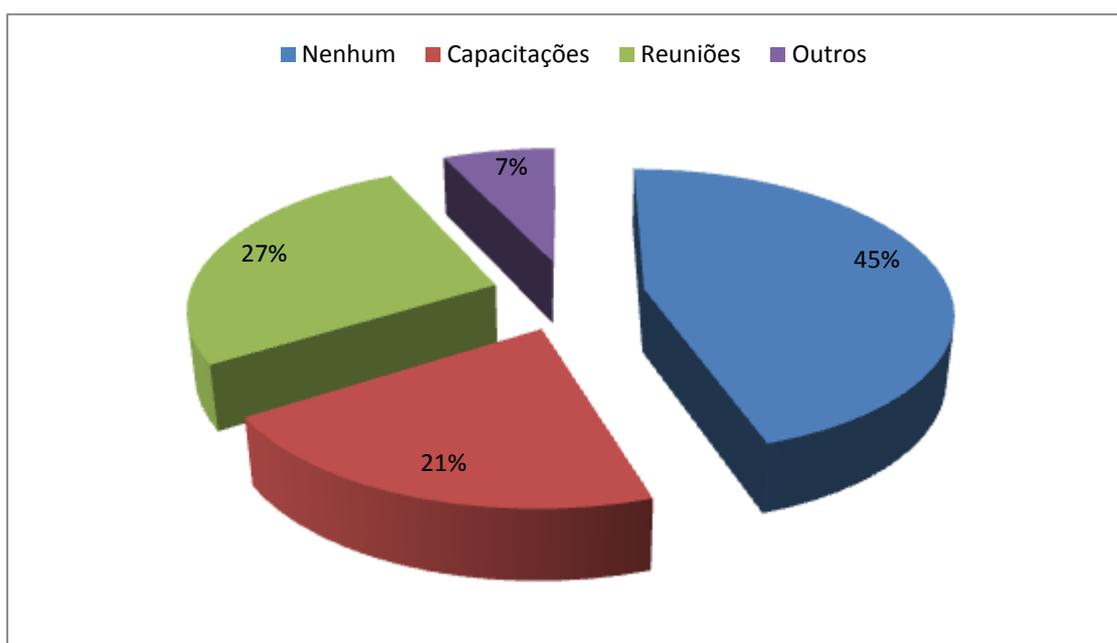
Fonte: o autor

Nesta premissa, o principal enfoque relatado através do questionário aplicado junto aos docentes nos direciona que o componente curricular de Seminário Integrado possui uma carga horária muito alta para a elaboração de projetos de pesquisa, e que ao longo dos três anos, disciplinas como Língua Portuguesa ou Matemática, perdem seu espaço de “detentoras” do saber, ou seja, a carga horária passa a ser dividida com Seminário Integrado, ocasionando o não vencimento de conteúdos programáticos estipulados para o período anual, assim, com atrasos de conteúdos os alunos não se preparam para vestibulares ou provas seriadas, impossibilitando a aprovação, Dentro dessa ótica, 65% acreditam que essa proposta e esse componente curricular não possibilita a relação teoria e prática.

Contudo, torna-se praticamente impossível que os alunos egressos do ensino médio politécnico almejem uma formação que prime pela inserção na universidade. Nesse viés, a escola de ensino médio, rompe a cultura de que o aluno deve estudar para o seu ingresso na universidade e acaba tentando mostrar possibilidades de inserção no mundo do trabalho e as suas implicações frente as novas tecnologias.

Assim, a proposta educacional, norteadas pelos princípios de interdisciplinaridade e pesquisa, requer que os alunos sejam capazes de reconhecer o mundo do trabalho, objetivo principal da reformulação do ensino médio gaúcho.

**Figura 09 - Como é o apoio repassado pela Seduc em relação ao Ensino Médio Politécnico, avaliação emancipatória e seminário integrado?**



Fonte: o autor

Ponderando as respostas dos professores de Seminário Integrado e regentes com relação ao questionamento, observou-se que não houve nenhum apoio ou apenas orientações por parte da Seduc na elaboração do currículo politécnico da escola, somente 48% dos participantes (professores regentes e de Seminário), mencionaram ter havido apoio da secretaria por meio de reuniões e capacitações, ou seja, outro indicativo da falta de participação na construção do currículo escolar dessa instituição pública de Ensino Médio.

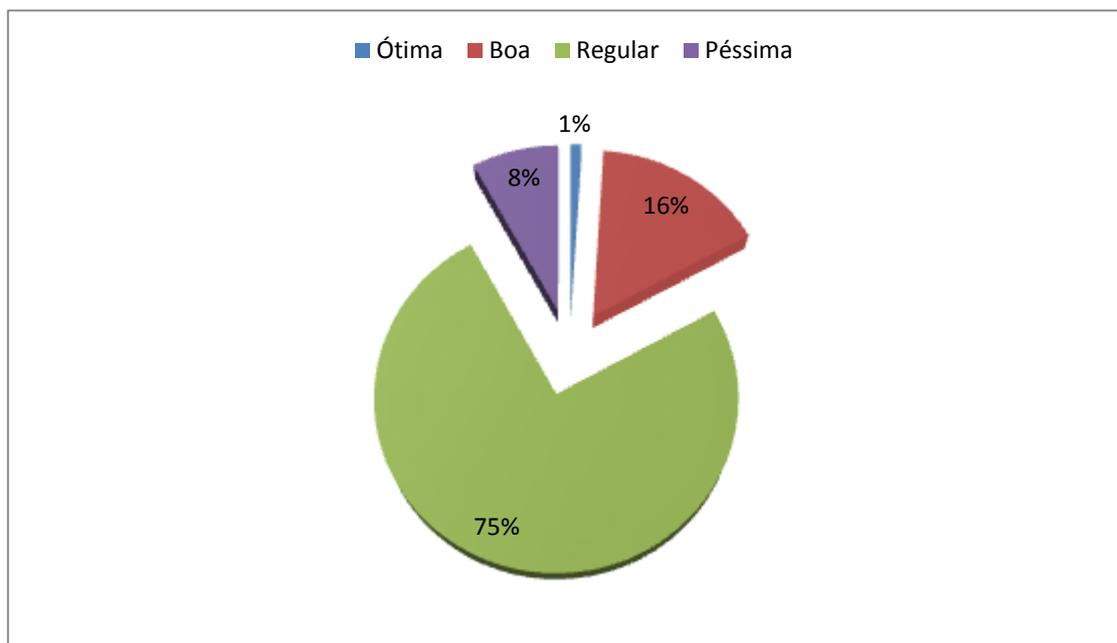
Nota-se nos questionários dos professores que existem muitas barreiras para serem superados na implantação destes itens, principalmente porque não há capacitação aos docentes e nem mesmo apoio pedagógico na busca de respostas, destaca-se o que diz respeito à avaliação emancipatória, a qual está vinculada a conceitos, distribuídos em CRA (Construção Restrita da Aprendizagem), CPA (Construção Parcial da Aprendizagem) e CSA (Construção Satisfatória da Aprendizagem).

Assim, define a Proposta de Reestruturação do Ensino Médio (2011, p. 19)

A avaliação emancipatória como eixo desta proposta curricular reafirma a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais. A escola é o espaço privilegiado para a aprendizagem dessas práticas, uma vez que tem o compromisso com o desenvolvimento de capacidades e habilidades humanas para a participação social e cidadã de seus alunos.

Talvez seja este o ponto de maior dificuldade, pois ainda falta conexão e informação de como essa avaliação realmente acontece, por se tratar de algo que está sendo implantado e é divergente, ainda não é possível ter perceptibilidade e concordância de como de fato incide ou incidirá essa organização curricular dos conteúdos, seminário integrado e avaliação emancipatória.

Os gestores escolares têm autonomia e recursos para cursos de formação, mas são impotentes no que versa sobre a proposta que por vezes surge dúvidas até mesmo em quem a elaborou.

**Figura 10 - E como você avalia essa nova proposta?**

Fonte: o autor

O gráfico desta questão nos mostra que 75% dos professores acreditam que a proposta é regular, ou seja, a maioria. Nessa perspectiva, questionou-se por que tal proposta é tão rejeitada, dentre muitos pontos evidenciados, destacam-se os principais: “Despreparo dos professores frente à proposta, diminuição da carga horária da base comum, métodos de ensino impostos, falta de tempo dos alunos que trabalham”. Esses pontos foram bastante enfocados pelos docentes. E quando solicitados quais os benefícios da proposta o único argumento exposto foi o de apoio e incentivo à pesquisa.

Ainda, em tempo, antes de encerrar os questionários, havia uma pergunta que indagava os docentes, que era: “Para você quais são os maiores desafios frente à proposta do Ensino Médio Politécnico?”

As respostas foram muitas, mas em síntese, pode-se perceber: “Infraestrutura da escola, prover meios universais de aprendizagem aos alunos, quadro de profissionais (professores e técnicos) completos, recursos financeiros, laboratórios e bibliotecas suficientemente adequados, apoio à continuidade de estudos dos docentes, envolvimento da comunidade escolar, valorização profissional.

A globalização a cada dia que passa se torna mais latente faz perceber que o universo sofre transformações e a escola não pode ficar a mercê destes

acontecimentos, tendo em vista que a sociedade exige cada vez mais profissionais qualificados e perspicazes. O mundo moderno e globalizado diminui distâncias e estreitou relações da humanidade.

A escola passa a ter um novo papel diante desse universo que se configura, ou seja, faz-se necessário ensinar os alunos a refletir e resgatar valores necessários ao seu meio. As instituições de ensino devem ser espaços de formação de agentes transformadores da sociedade.

Entretanto, a escola pública passa por inúmeros desafios para a consolidação de seu propósito, dentre eles e conforme explicitado pelos professores, a infraestrutura da escola que é um fator de fundamental proeminência para a legitimidade das ações que são planejadas na escola e que várias vezes não alcançam seus objetivos em função da ausência ou precariedade dos utilitários e espaços do estabelecimento de ensino.

Ampliamos o entendimento de infraestrutura ao aproximar o mesmo com a necessidade de fomento de habilidades subjetivas dos educadores, especificamente alertando para a necessidade emergente de cursos e capacitações em função de que o tempo contemporâneo exige a presença de um educador capaz de se apropriar das novas tecnologias educacionais para melhor gerir sua prática.

Além de investimentos em concursos para a seleção de recursos humanos, pois se torna inviável alçar bons resultados com equipe de profissionais restritos.

Sobre os desafios da Educação básica e pública, as ideias de Malavasi, nos ajudam a refletir,

Avaliar a Educação Básica significa atribuir aos gestores de todos os níveis responsabilidades e critérios para a realização de uma avaliação criteriosa e séria que leve em conta as discussões de todo o grupo e aponte, através do anúncio de uma concepção de educação, o lugar que se deseja ocupar na educação de seus integrantes. (MALAVASI, 2010, p. 87)

Enfim, o presente questionário foi o instrumento que fez retratar os maiores desafios da implantação do Ensino Médio Politécnico, em especial, averiguou-se nos relatos que há opiniões e sugestões convenientes, pois com isso observa-se a preocupação dos professores em viabilizar o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem de modo qualitativo e não quantitativo, haja vista a real apreensão com o bom desempenho do aluno em conseguir consolidar e aperfeiçoar

de modo expressivo seus conhecimentos com eficácia e fundamento e não como mero reprodutor de informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Seduc/RS as mudanças no Ensino Médio foram necessárias devido a um quadro no RS bem preocupante no que diz respeito à reprovação e abandono.

Percebe-se que o estudante ainda não consegue entender o contexto em que está inserido. O RS mantinha uma estrutura superada que recém agora foi discutida e implantada. Estados como Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia e Espírito Santo já realizaram modificações na grade curricular há mais tempo.

O objetivo da mudança curricular ocorrida através da Politecnia é integrar a realidade cultural e tecnológica da sociedade à educação. Ou seja, o Novo Ensino Médio atuará sobre novos eixos (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), além das áreas usuais de conhecimento, como Matemática e Português.

O currículo anterior que, de fato, era muito fragmentado passa a ser interdisciplinar e transdisciplinar. Mas a mudança proposta requer uma série de providências que não são simples.

Para se trabalhar com a complexidade dos ecossistemas no mundo globalizado e hiperconectado, é necessário recorrer a uma visão e a uma metodologia interdisciplinares que promovam as interconexões e complementaridades entre as várias formas de ver, interpretar e agir no mundo.

Adotar um enfoque transdisciplinar permite conceber a aprendizagem como um processo de indagação, no qual se relacionam diferentes campos de conhecimentos e de saberes.

Gaddotti (1994, p. 21) reflete,

A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.

A transdisciplinaridade caracteriza-se por uma metodologia comum que transcende as disciplinas. Portanto, o momento atual é uma oportunidade para abrir novas fronteiras, que representem um passo em direção à evolução consciente da humanidade.

Frente aos maus resultados do Ensino Médio no Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb), faz-se necessário um currículo mais flexível e menos fragmentado para melhorar o desempenho nessa área.

A principal dificuldade é que os atuais professores foram formados em licenciaturas específicas, como Física ou Matemática. O novo modelo exige que o docente saiba mais de uma área ou tenha uma integração forte com os professores das demais disciplinas.

A reformulação do currículo é essencial para se aprimorar o desempenho dos alunos no Ensino Médio, cujo avanço é um desafio para o Brasil e para diversos países, pois a organização curricular vigente em anos anteriores não apresentava qualidade, ou seja, na verdade, o aluno saía sabendo nada de tudo.

O problema é que o currículo fragmentado funcionava como uma reserva de mercado para os professores. A nova proposta provocou muita resistência contra essa mudança.

Entretanto, qualquer integração exigirá uma profunda reorganização e reestruturação das escolas. Os professores terão de programar as aulas juntos e, por isso, não poderão ser remunerados para apenas o período de aulas.

Outra questão é a formação e contratação de professores, pois nossos professores ainda são formados por disciplinas. A grande preocupação diante desta reformulação é a adaptação dos docentes ao novo currículo.

O Ensino Médio Politécnico exige um novo perfil de formação de professores e as licenciaturas continuam específicas. É preciso pensar no trabalho de forma diferente e isso tem impacto nos currículos. Além disso, é preciso pensar nos professores que já estão formados.

O currículo interdisciplinar da proposta destina-se a promover uma forma mais completa de pensar, aprender e utilizar o conhecimento. É preciso ver além das barreiras mentais criadas pelas disciplinas; obriga-nos a enxergar os efeitos colaterais que raramente prestamos atenção, já que as disciplinas nos levam a olhares seletivos e parciais.

Portanto, é necessário buscar uma melhor compreensão da realidade, desse mundo integrado e interdependente, apostando em uma maior socialização das novas gerações, como cidadãos que precisam ser conscientes e a aprender a se mover nestes espaços "inter". Talvez o acoplamento em quatro áreas seja

necessário, mas não seja a única medida que deva ser tomada. A grande dificuldade é, sob ponto de vista pedagógico, manejar tantos professores no currículo atual.

Outro entrave são nossos medos e a falta de confiança em nós mesmos. Temos medo de nos equivocarmos ou de que os outros descubram lacunas nos saberes. Fomos ensinados que erros, dúvidas e falhas, medos e dificuldades são algo que merece punição e castigo. Somos extremamente inseguros. Quando se é educado disciplinarmente, fica mais difícil atrever-se a uma inovação como é o caso do currículo proposto: um currículo integrado.

A implantação do Novo Ensino Médio com uma proposta inter e transdisciplinar não é utopia, é uma meta sempre aperfeiçoável a se alcançar. No entanto, é preciso se estar consciente dos obstáculos. É preciso aprender a elaborar currículos mais equilibrados, nos quais as disciplinas não sejam esquecidas, mas sim coordenadas com propostas mais integradoras.

Como afirma Mantoan (2008, p. 20)

O essencial, na nossa opinião, é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não repitam o passado e reconheçam e valorizem as diferenças na escola. Temos de ter sempre presente que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não conseguiremos o nível de qualidade de ensino escolar, que é exigido para se ter uma escola mais que especial, onde os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes.

A Escola deve garantir o acesso ao conhecimento, mas a um conhecimento que comporte níveis de aprofundamento. Ou seja, não podemos negar aos alunos as chaves que permitem ter acesso a esse conhecimento organizado de maneira disciplinar e às novas disciplinas que emergem da interdisciplinaridade.

Precisamos romper paradigmas, ser otimistas e transformar nossa realidade em uma educação para todos, tendo em mente sempre as potencialidades e capacidades do ser humano. Os desafios são muitos, as propostas muitas vezes desordenadas, mas a preocupação de construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária é dever dos gestores educacionais e suas comunidades escolares.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei 9394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) - Acessada em 19 out.2013.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Vol. 8. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2000. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> - Acessado em 19 de out. 2013
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio: bases legais /Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> - Acessado em 19 de out. 2013.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessário à pratica educativa. 36. ed. São Paulo: Paz Terra, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. .Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. 1ºFórum Nacional- Desafio da qualidade total no ensino público. Belo Horizonte, 1994. Disponível em:<<http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0025> > acesso em 26 de outubro de 2013.
- \_\_\_\_\_. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal. 1992.
- GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança na Educação**: os projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2007.
- MALAVASI, Maria Márcia Sigrist. **Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários segmentos da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Scipione, 2008.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Administração Escolar**: introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e prática de avaliação e reformulação política**. 33 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.
- VEIGA, Ilma P. A.; CARVALHO, Maria Helena S. O. A formação de profissionais da educação. In: MEC. **Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica**. Brasília, 1994.
- ZANELLI, João. C. **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## Apêndice A – Termo de consentimento informado

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM ESTUDO DE CASO”. Tal pesquisa objetiva refletir sobre os desafios de implantação do currículo do ensino médio politécnico de uma escola da rede pública estadual do município de Restinga Sêca, RS, sob a orientação da Prof. Ms. Alexandra Furquim.

O pesquisador responsável é Darlan Bitencourt Ribeiro, aluno do referido curso. O pesquisador compromete-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (55) 3261-1168 ou e-mail prof.darlanbittencourt@gmail.com

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de \_\_\_\_\_ ter esclarecido \_\_\_\_\_ minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_ autorizo a realização do questionamento sobre a temática proposta. ( ) Sim ( ) Não.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas escritas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas. ( ) Sim ( ) Não.

Restinga Sêca, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do entrevistado responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador responsável: \_\_\_\_\_

**Apêndice B – Solicitação de contribuição para elaboração de pesquisa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Vimos por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada “A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UM ESTUDO DE CASO”. O objetivo central do estudo é refletir sobre os desafios de implantação do currículo do ensino médio politécnico de uma escola da rede pública estadual do município de Restinga Sêca, RS. É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos à respeito dos projetos e ações e assim verificar as perspectivas de implantação do curso politécnico em uma instituição da rede estadual de ensino.

Obrigado pela sua colaboração!

Cargo:.....

Graduação:.....

Pós-Graduação.....

Tempo de atuação no cargo:.....

Tempo de atuação na rede estadual:.....

Data:...../...../2013.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Apêndice 3 – Questionário aos professores regentes e professores de seminário integrado.**

1- Você participou da elaboração do Regimento, PPP e Currículo da escola?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em partes

2- Você sabe o que significa Ensino Politécnico?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Tenho noção

3- Como foi definido o currículo escolar politécnico da escola?

( ) SEDUC   ( ) Professores   ( ) Gestores   ( ) Comunidade Escolar

4- Houve participação da comunidade escolar com espaço para sugestões?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em partes

5- A proposta do ensino médio politécnico valoriza o aluno como ser humano?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em partes

6- O atual Ensino Médio (Politécnico) possibilita inserir os alunos no mercado de trabalho?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em partes

7- Os currículos escolares devem ser iguais?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

8- O Ensino Médio Politécnico e a disciplina de Seminário Integrado possibilitam com que o aluno alie teoria e prática?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em partes

9- Como é o apoio repassado pela SEDUC em relação ao ensino médio politécnico, avaliação emancipatória e seminário integrado?

( ) Nenhum ( ) capacitações ( ) reuniões ( ) Outros? \_\_\_\_\_

10- E como você avalia essa nova proposta?

( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Péssima

11-Para você quais são os maiores desafios frente à proposta do ensino médio politécnico?

---

---

---

---